



# *Câmara Municipal de Marechal Floriano*

Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº 016 /2012

**"FIXA O SUBSIDIO MENSAL DE SECRETÁRIOS MUNICIPAIS".**

A Câmara Municipal de Marechal Floriano, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições constitucionais faz saber;

**Aprova:**

**Art. 1º** - Fica fixado em R\$ 4.450,00 (Quatro mil quatrocentos e cinquenta reais) o subsídio mensal dos Secretários Municipais para vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Art. 2º** - Os subsídios fixados na presente Lei poderão ser revisados na mesma data e nos mesmos índices em que for assegurado aos servidores públicos do Município, revisão geral anual, nos termos do inciso X do art. 37 da Constituição Federal.

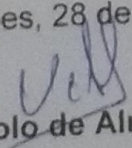
**Art. 3º** - Fica concedido aos Secretários Municipais o direito a percepção de férias remuneradas com pelo menos um terço de acréscimo e décimo terceiro salário.

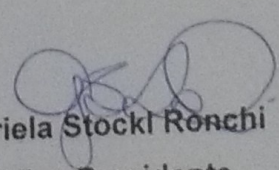
**Art. 4º** - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações consignadas no orçamento do Município, através do elemento de Despesa 3.3.1.90.11.00000 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil.

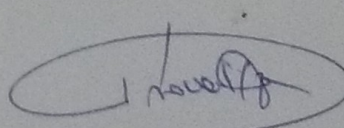
**Art. 5º** - Esta Lei entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

**Art. 6º** - Fica revogada a partir de 1º de janeiro de 2013 a Lei Municipal nº. 788 de 31 de março de 2008.

Sala das Sessões, 28 de fevereiro de 2012.

  
**Aloísio Modolo de Almeida**  
Presidente

  
**Gabriela Stockl Ronchi**  
Vice Presidente

  
**Paulo Lovatti Junior**  
Secretario





*Cidade das Orquídeas*



## *Câmara Municipal de Marechal Floriano* Estado do Espírito Santo

O presente Projeto de Lei visa a fixação do subsídio mensal dos Secretários Municipais de Marechal Floriano/ES, a partir de 1º de janeiro de 2013.

A fixação da remuneração dos Secretários Municipais, pela Câmara Municipal, está assegurada pela Constituição Federal de 1988, como vemos:

" Art. 29. (...)

V – subsídio do Prefeito e Vice- Prefeito e dos Secretários Municipais fixados por lei de iniciativa da Câmara Municipal, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, §4º, 150, III, e 153 § 2º, I."

Sendo assim, por força de dispositivo constitucional, é de responsabilidade da Casa Legislativa a fixação dos subsídios dos Secretários Municipais.

A proposta de fixação dos subsídios observou os parâmetros legais e constitucionais e marcos regulatórios para a proposição em análise, visto que a fixação da remuneração deverá observar rigorosamente os limites legais impostos pela legislação em vigor.

Outro fator importante que trazemos a esta proposição, é a fixação em Lei Municipal da concessão de 13º Salário, férias e abono de 1/3 de férias para os Secretários Municipais, pela foto que o cargo ocupado ter a natureza jurídica híbrida, ou seja, embora os Secretários Municipais sejam considerados agentes políticos, porém possuem características de cargo em comissão, deste tratamento lhes é assegurado os direitos sociais.

Convidamos, portanto, diante do exposto, ao nobres vereadores para apreciação e votação do presente Projeto de Lei.